O legado de meus ancestrais

» ROSA FRANCO
Músico, compositor, intérprete e cantador de sonhos (@rosafrancof)



Não há como fugir da ancestralidade. Se há algo sobre o que não temos controle, são os lampejos ancestrais. Mesmo os que adquirem certos hábitos para melhor se inserirem no establishment trazem tal lampejo. Aliás, foi do caldeirão de etnias chamado Brasil que resultou minha família afro-ameríndia à qual tenho o maior orgulho de pertencer. A música, as artes em geral, são alguns dos reflexos desse lampejo ancestral milenar. Muitos esquecem que a África é um continente, não um país, e dela vieram povos diversos.

Lembro dos grandes lampejos da tia Candinha e da minha mãe, por meio das histórias que contavam do meu bisavô, proveniente do Congo, e da trajetória até o Brasil, primeiro no Nordeste e, depois, no Rio Grande do Sul. Eram verdadeiras griots e nem sabiam que traziam em si essa bagagem milenar. Fui formado e lapidado no meio desse povo e lampejos de lutas e batalhas na verdadeira acepção da palavra, ancestralidade forte. Assim, aprendi com eles, que o verbo cria, dá origem, como até constatei na Bíblia.

Permita-me o leitor partilhar um pouco das muitas histórias que me geraram. Afinal, minha história é tão plural que prefiro falar de nós, digo, de todo o povo que me antecedeu. Uma delas é Eulina Pereira da Rosa, minha mãe, nascida em 1931 na área rural de Alegrete (RS). Décima segunda filha de uma família de 13 irmãos. Como se diz aqui no sul, "cruza" de meu avô, filho do vô Congo e de minha avó, uma índia linda da região de Corrientes, na Argentina. Em minha mãe está sintetizada grande parte dos povos originários do Brasil e sua luta.

Minha avó materna morreu precocemente. Os filhos foram "adotados" pelos "cumpadres" do meu avô. Viraram-se fazendo trabalhos em troca de cama e comida. Minha mãe, não suportando tal situação, aos 13 ou 14 anos, fugiu e veio parar em Porto Alegre. Ali, inspirada por Deus e pelos seus orixás, como ela dizia, lutou pela vida, amamentando, criando filhos de famílias abastadas da capital. Foi faxineira, doméstica e aposentou-se como chefe de cozinha de um lar de menores em Viamão, na região metropolitana. Era uma instituição de meninos infratores ligada à antiga Febem.

Nunca vi aquela negra de um metro e sessenta se queixar. Antes, dizia-nos sempre: "Vamo, vamo, vamo, vocês podem!" Isso foi inesquecível para mim e decisivo na minha formação de homem preto, artista, músico. Ela ia muito a um grande cortiço urbano, na João Teles, nos bairros Bonfim e Rio Branco, onde morava sua irmã, minha dinda. Essa região, na época, era chamada de colônia africana. Imaginem. No coração de Porto Alegre, havia uma pequena África a pulsar.

Recordo, quando assisti ao filme Charles, que retratava a vida do músico e cantor Ray Charles. As cenas eram muito iguais às do nosso cotidiano. Aquela correria entre as roupas a secar nos varais no meio do terreiro e as negras velhas, aos gritos, diziam: "Saiam daí, vão sujar as roupas da família do doutor fulano de tal..." Como nossas histórias ou aventuras e desventuras são mesmo muito parecidas.

Meu dindo e meu pai eram músicos e exerciam outras profissões paralelas. Lembro-me de que, quando viajavam, quase sempre, eram as mulheres que ficavam a administrar a família. E lá iam eles a acompanhar muitos artistas, alguns de renome nacional: Francisco Egídio, Cauby Peixoto, Elizeth Cardoso, Lupicínio Rodrigues, Elis Regina, Jamelão e outros que nem lembro mais.

Meu pai, antes de entrar para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), foi, além de músico, estivador, trabalho árduo e duro. Hoje, fico a pensar: de onde esse povo tirava forças para apenas ter o direito de sobreviver? Sou fruto, como disse, dessa etnia tão plural e tão rica, que nunca fugiu de peleia nenhuma para sobreviver e lutar. Sinto-me como a ponta de um iceberg em relação a todos meus ancestrais que me fizeram chegar até aqui. Salve a terra mãe África, berço da civilização. Salve todos aqueles que lutaram e lutam por si e por nós pela reparação efetiva. Salve a mulher preta, mestiça, brasileira, universal, sangue dos sangues desta nação.

Esse maravilhoso hábito de contar histórias de vida, gritante coincidência, pois eram os mesmos lampejos dos pretos velhos de contar as histórias do seu povo. Dia virá em que esses lampejos, como os daquelas velhas lamparinas, hão de se traduzir e desembocar na luz maior da equidade social, da grandeza, da sabedoria, enfim. Que nossos terreiros — mentais, espirituais, materiais — sejam guias da nossa caminhada. Oxalá, que assim seja.

A democracia resiste

» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário e blogueiro

Há sinais de recuperação da democracia ao redor do globo. Embora tímidos, acanhados e quase imperceptíveis, apontam para o lado positivo. Vamos a alguns deles.

A China, entre os países importantes, é o que tem o regime mais controlado e hermético, apesar de ser mais autoritário que comunista. Na comparação, a vida na Rússia — país onde até o vocabulário do cidadão é escrutado pra vigiar que nunca associe o nome Ucrânia à palavra guerra – parece solta e jovial.

Pois foi essa China que nos deu, no fim do ano passado, inesperada mostra de que o rigor das regras sociais pode ser afrouxado pela pressão popular. Quase três anos de confinamento estrito por motivo de covid estavam fazendo mal à economia e, sobretudo, à população. Parece que a transmissão dos jogos da Copa do Mundo deu origem à ira popular.

A visão de estádios cheios de gente sorridente e sem máscara foi a gota d'água. Manifestações de indignação se alevantaram nas metrópoles chinesas, com coro de "Fora, Xi Jinping!" – afronta insuportável. Poucos dias bastaram para o rigoroso regime de covid zero ser abolido.

No Irã, faz meses que a população manifesta seu desagrado com o rigor da ditadura dos aiatolás. O triste destino de uma jovem que morreu enquanto detida pela polícia da moralidade pelo motivo de não usar direito o véu obrigatório foi o estopim da revolta popular. Dia após dia, a obstinada e corajosa juventude iraniana manifesta nas ruas sua insatisfação com o regime.

A dura repressão já deixou centenas de cadáveres, mas a ira da população tem se mostrado à altura da mão pesada do governo. Em mais de 40 anos de regime teocrático, é a primeira vez que o povo se queixa com tal intensidade. Pode bem ser o primeiro passo para a queda da ditadura.

Nos Estados Unidos (EUA), o campo antidemocrático liderado por Donald Trump sofreu profundo revés nas eleições de mid-term. Quando todos já se resignavam de assistir a uma arrasadora onda de eleitos trumpistas, o eleitorado democrata deu um sobressalto e limitou as perdas. A volta do bilionário à Presidência ficou um pouco mais problemática.

Na Itália, a primeira-ministra Giorgia Meloni vem se saindo melhor que o figurino. Ao assumir a chefia do governo, abjurou Mussolini e o fascismo, regime pelo qual havia demonstrado simpatia no passado. Juntou-se aos demais países da Otan e deu seu apoio ao envio de armas para que os ucranianos defendam seu território contra o invasor russo. Em uma palavra, a Signora Meloni civilizou-se. Fez desaparecer o lado assustador da extrema-direita. Caminha na boa direção.

No Brasil, as últimas semanas de 2022 e as primeiras deste ano foram turbulentas. Jair Bolsonaro, quando presidente, passou anos prevenindo o distinto público de que, se não fosse reeleito, se insurgiria contra o resultado das eleições. Numa preparação do que estaria por vir, chegou a avisar ao corpo diplomático lotado em Brasília a vulnerabilidade de nossas urnas eletrônicas. Quando as eleições chegaram e o capitão foi derrotado, forte apreensão tomou conta da população não fanatizada. E agora? Será que o perdedor nos condenará a regredir a uma era de botas na calçada e brucutus no asfalto?

Em outros tempos, talvez a pólvora tivesse assumido o protagonismo, e o país tivesse de novo mergulhado nas trevas. Numa mostra de que o horizonte nacional já está desanuviado de aventuras desse tipo, Bolsonaro emburrou, enclausurou-se no palácio e lá ficou dois meses — calado para o público externo, mas certamente ativíssimo na preparação do sonhado golpe.

O resto, todo o mundo sabe. Bolsonaro fugiu, e o 8 de janeiro viu o exército da loucura em ação. Quebraram vidros, mas não quebraram a lealdade de uma maioria de fardados responsáveis. Derrubaram peças de arte, mas não derrubaram a Lei Maior. Subiram no alto de palácios, mas não atingiram o topo do poder. O Brasil balançou, mas não cedeu.

Agora, o espetáculo que nos proporcionam um ex-presidente homiziado no exterior, invasores rastaqueras na cadeia e financiadores acuados traz uma lufada de ar puro a nossa nação. É a prova de que, na hora agá, nossa democracia não se rompeu.

A importância do monitoramento das políticas educacionais

» ERNESTO MARTINS FARIA
Diretor-fundador do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)
» LETÍCIA MAGGI
Gerente de comunicação no Iede

Diversos estudos feitos no país mostram a importância da avaliação e do monitoramento de políticas educacionais. Entre eles, estão o Educação que Faz a Diferença e o Excelência com Equidade, realizados pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede). Tais publicações se debruçam sobre as boas práticas de redes de ensino e escolas com resultados educacionais de destaque e indicam que mesmo aquelas que mais sobressaem têm dificuldades nessa temática e, muitas vezes, poderiam fazer melhor acompanhamento de seus estudantes.

De maneira geral, não há no país uma cultura solidificada de monitoramento de políticas educacionais que extrapole a aplicação de avaliações de aprendizagem. Recentemente, em um de nossos projetos, tínhamos como objetivo encontrar bons exemplos de monitoramento da implementação de currículos alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas. Porém, tivemos muita dificuldade nessa missão. Mesmo em redes de destaque nacional, não encontramos boas práticas que pudessem servir de inspiração a outros municípios ou estados. E trata-se de uma importante política estruturante: a BNCC é um documento norteador que traz as competências essenciais a serem desenvolvidas nos estudantes ao longo da educação básica, independentemente se estão na rede pública ou privada, no norte ou sul do país.

Durante a pandemia de covid-19, outro estudo nosso evidenciou a dificuldade das escolas de coletar dados sobre a participação dos estudantes em atividades remotas, e também das redes de ensino em organizar e sistematizar essas informações. Muitas das secretarias de Educação selecionadas na amostra da pesquisa Permanência Escolar na Pandemia (PEP), em 2021, demonstraram não saber quantos e quais eram os estudantes que não tiveram contato com a escola no período sem aulas presenciais e que, portanto, corriam risco maior de evasão. Um grande alerta para nós.

O próprio Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007, é outro exemplo do desafio do Brasil em relação ao monitoramento de políticas educacionais: em 15 anos, nunca passou por revisão. Algumas mudanças, mais complexas, exigem ampla discussão e demoram. Mas há mudanças mais simples no indicador, praticamente consensuais entre pesquisadores da área, que poderiam já ter sido realizadas há bastante tempo. Uma delas seria considerar a taxa de aprovação dos estudantes em todos os anos e não somente nos anos ímpares, em que há a realização das provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Ao só considerar as taxas de aprovação dos anos ímpares, o Ideb não gera incentivos para que redes de ensino busquem melhorar suas taxas de maneira geral — há, inclusive, escolas e redes que reprovam os alunos de desempenho insatisfatório nos anos pares para que não façam o Saeb no ano seguinte.

Essas questões estão ligadas ao monitoramento da política e dos efeitos que ela provoca na ponta: para além de mostrar como está a qualidade da educação, o Ideb é um importante indutor da gestão e precisa direcioná-la de forma correta. Falar de monitoramento e revisões do Ideb e da BNCC em particular traz um desafio adicional: não jogar o bebê com a água do banho. Ambas são políticas importantíssimas, que exigiram intenso debate e mobilização para que se concretizassem, e que propiciaram (ou, no caso da BNCC, tem potencial para) gerar mudanças significativas na educação. E ambas sofrem com críticas que muitas vezes não são construtivas.

Melhorar o monitoramento das políticas educacionais passa, principalmente, por capacitar educadores e gestores para que consigam utilizar dados e indicadores no seu dia a dia, para as tomadas de decisões. Isso exige compreensão de quais são as bases de dados mais relevantes, como encontrar as informações desejadas no nível da rede de ensino ou mesmo da escola, e como analisá-las de forma correta, utilizando-as para a elaboração de planos de ação. Nesse sentido, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tem papel essencial: pode e deve apoiar o monitoramento de políticas educacionais nas redes de ensino.

O governo federal e os governos estaduais precisam oferecer formação e apoio técnico aos municípios. Se o país já apresenta dificuldades no monitoramento de grandes políticas nacionais, como a BNCC e o Ideb, é de supor que, no nível dos municípios, esse desafio seja muito maior. A importância das avaliações de aprendizagem é inquestionável, mas precisamos evoluir para um monitoramento mais amplo, que contemple outras dimensões da educação e não ocorra somente bianualmente.